

# “O essencial é que nenhum europeu sinta que está a ser esquecido”

**Entrevista** Elisa Ferreira Responsável pelo pelouro da Coesão e Reformas, com um orçamento de mais de 300 mil milhões, Elisa Ferreira não foge às questões difíceis. O seu lema é simples: ninguém, nenhum europeu, pode ser deixado para trás. A sua convicção é forte: nenhuma zona monetária pode viver tranquilamente sem um orçamento digno desse nome. Acredita que um “*Green Deal*” será uma nova forma de organizar a economia e a vida. E lembra que são os países mais atrasados que mantêm maior centralização

Por **Manuel Carvalho** e **Teresa de Sousa** texto  
e **Daniel Rocha** fotografia

**F**oi ministra do Ambiente e do Planeamento nos Governos de António Guterres, deputada eleita nas listas do PS para o Parlamento Europeu, onde acompanhou a par e passo a crise da dívida e do euro. Fez parte da chamada “*troika* alternativa”. Vice-governadora do Banco de Portugal até ser convidada por António Costa para ser a comissária portuguesa na nova Comissão Europeia, liderada por Ursula von der Leyen. Uma viagem pelos principais desafios económicos e sociais que a Europa enfrenta. **Trava-se neste momento na União Europeia um “combate mortal” em torno das perspectivas financeiras para 2021-2027. Sabemos que é sempre uma negociação difícil. Desta vez, há duas circunstâncias que tornam essa negociação ainda mais difícil: a saída do Reino Unido, que era um grande contribuinte líquido, somada a uma alteração profunda das prioridades da própria União Europeia. Neste quadro de mudança, os países da coesão vão ter de perder alguma coisa.** Deixe-me lembrar que a Comissão faz uma

proposta e, a seguir, cabe ao Conselho decidir, em articulação com o Parlamento Europeu (PE). A proposta da Comissão, ainda da anterior, é de 1,11% do Rendimento Bruto europeu, o que dava um valor relativamente aceitável, na minha opinião, mesmo tendo em conta que os países que mais contribuem e que são fundamentais para o acordo final, começaram muito cedo a dizer que não pagava mais do que 1%. O PE, pelo contrário, pede 1,3%. Agora, a discussão é entre o Conselho, ou seja, os Estados-membros, e o Parlamento, mas naturalmente que gostaria que nós nos aproximássemos da posição do Parlamento e sou sensível à proposta portuguesa [1,16%] porque é uma proposta de intermediação. Mas é verdade – ainda estamos muito longe. **Há agora a proposta da presidência finlandesa...**

Que, como sabe, ainda está muito abaixo – 1,07%.

**A própria presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, já disse que era inaceitável...**

Sim, já se pronunciou nesse sentido. Mas deixe-me voltar à vossa questão, porque ela é muito importante, a dois níveis. Por um lado, surgem novas necessidades para →



**Optimista**

A nova comissária portuguesa é optimista em relação ao futuro da UE: "Acredito que há uma vontade de fazer bem e de corrigir alguns dos 'buracos' que existem na arquitectura da União Europeia"

a UE e, globalmente, estamos a falar de um terço, um terço, um terço – para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, para a Coesão em sentido amplo, e para as novas necessidades. Ora nós, como país da coesão antigo, temos de começar a pensar muito mais em ir buscar dinheiro às novas políticas, embora ainda tenhamos assuntos para resolver em termos de convergência.

**Para compensar aquele que se pode perder?**

Para compensar e porque não estamos a falar de dinheiro apenas, estamos a falar de estratégias de desenvolvimento: o objectivo é que o país se desenvolva. Numa primeira fase, tivemos de utilizar os fundos para remover obstáculos: o país não tinha acessibilidades em condições, não tinha água em condições, não tinha tratamentos de esgotos em condições, não tinha escolas, não tinha formação profissional. Fizemos um grande progresso nesse primeiro patamar, mas depois começamos a entrar em níveis mais sofisticados, empresariais, de competitividade, de inovação tecnológica...

**O que explica os bons resultados nas candidaturas ao programa Horizonte 2020 [destinado à Ciência e Investigação]...**

Completamente. E rendo aqui homenagem ao meu antecessor, Carlos Moedas, que ajudou a criar essa imagem de uma nova realidade, até pela pasta que lhe foi atribuída. Mas também temos indústrias mais competitivas, temos interesses na área da defesa, ou seja, há novas áreas relativamente às quais Portugal não pode ficar isolado.

**O que está a dizer é que temos que relativizar, de alguma forma, a contabilidade final dos fundos que vão ser alocados a Portugal no próximo ciclo?**

Temos de relativizar e temos de fazer outra coisa: em vez de discutir dinheiro, discutir o que estamos a fazer e o que é que queremos fazer com esse dinheiro. Publicamente, essa discussão não tem sido muito rica.

**Só se discute o mesmo: o dinheiro...**

E é uma pena. Gostaria de ter algum cuidado com o termo, mas há algumas caricaturas que passam muito facilmente através dos meios de comunicação social. Ora, o grande argumento dos países contribuintes líquidos é dizer que os países da coesão já receberam muito dinheiro e que o estão a gastar mal. Daí o cuidado com que este assunto deva ser tratado a nível nacional. Há erros de decisão, há erros de implementação, há erros de gestão, mas isso não é, de modo nenhum, o essencial sobre o que temos feito com os fundos de coesão.

**Nós e os outros...**

Nós e os outros. É importante que quem está de fora e que apenas sabe o que se passa pelas notícias tenha a percepção do muito que o país evoluiu com este apoio europeu e a noção de que os erros são marginais.

**Hoje, os movimentos populistas, que têm bastante força em alguns dos grandes contribuintes, alimentam um discurso muito antieuropeu que também condiciona os Governos desses países. Isso também ajuda a dificultar a negociação?**

Naturalmente que sim. Para mim, o essencial é que nenhum europeu sinta que está a ser esquecido. Há um lema que me diz muito: na Europa, não se pode esquecer de ninguém. Toda a gente tem de sentir que faz parte, que tem alguma coisa a dar, alguma coisa a



receber e que tem direito a alguma segurança por ser europeu. Nós, portugueses, sentimos isso ainda de forma muito clara. Para nós, foi assim.

**Mas nem todos os países têm essa percepção...**

Nem todos os países têm essa percepção, sobretudo países que se libertaram de outros poderes. Temos de criar, no fundo, um caldo de cultura comum e, para isso, a política de coesão foi e é essencial. Mas quando dizemos apenas “ah, nós vamos perder”, isso não é verdade. Alguns países, em especial os que estão mais a leste...

**Da Europa Central e de Leste...**

Da Europa Central e de Leste, que tiveram aquele impulso que nós também tivemos, próprio dos primeiros anos [de adesão] de grande crescimento. Esses, sim, relativamente ao quadro anterior vão perder imenso.

**Muito mais do que nós?**

Sim. Aliás, foi fixado um limiar máximo de perda, precisamente para impedir que eles perdessem ainda mais e isso cria algum mal-estar. Também porque os novos desafios da União Europeia e, nomeadamente, o desafio ambiental é muito mais exigente entre eles, que têm uma economia muito baseada no carvão. Ora, a nova agenda europeia vai precisamente no sentido de limitar ao máximo as emissões CO2 e outros gases de efeito estufa, obrigando a uma



**Sintonia**

Elisa Ferreira: “Eu não conhecia a presidente da Comissão [Ursula von der Leyen, em cima]; fiquei muito satisfeita com o discurso que ela fez e com os compromissos que assumiu”

**grande reconversão das fontes energéticas. Vai ter sob a sua alçada um novo fundo, o Fundo para uma Transição Justa, que visa precisamente esses países. Esse fundo já está contabilizado?**

Ainda está em construção. É provável que, em Janeiro já se chegue a acordo sobre as linhas principais que esse Fundo vai garantir. Não é a materialização global do

BAZ RATNER/REUTERS



**Mas para levar a cabo essa “revolução verde”, não era preciso haver uma revolução também nos meios de que a Comissão Europeia dispõe para aplicar na descarbonização?**

Estão a tocar num ponto central deste processo. Independentemente desta discussão sobre se é 1,1 ou 1,07 ou 1,3%, que capta todas as atenções, um espaço com 500 milhões de habitantes que está a propor-se fazer uma reconversão total do seu processo produtivo e da maneira como se vive, não pode viver com um orçamento que anda à volta de 1% do Rendimento Bruto da União. Olhamos para os Estados Unidos, para a China, para a Índia ou para a Alemanha e para a própria Suíça, que são Estados compostos de muitos estados, e em todos eles o orçamento central é absolutamente determinante para manter o equilíbrio e para garantir uma redistribuição da riqueza que seja justa e que faça com que todos participem. Há, portanto, aqui uma questão central que está associada ao que acabou de dizer: a União Europeia precisa de aumentar as suas fontes de rendimento. E as fontes de rendimento fundamentais que tem neste momento são contribuições dos Estados-membros.

**Tem de mudar o modelo. Voltamos à questão dos recursos próprios?**

Tem de encontrar alternativas. A “taxa [sobre o] carbono”, por exemplo, é uma hipótese. Uma taxa sobre o plástico não reciclável também parece fazer o seu caminho. Falou-se em tempos de uma taxa sobre as operações financeiras.

**Porque é que não se volta a essa taxa?**

Porque os Estados-membros levantam obstáculos. Mas, dito isto, também não se pode fazer tudo só com recursos públicos. Cada vez mais, incluindo nos fundos estruturais, temos de pensar que esse dinheiro pode alavancar outro dinheiro. Já conseguimos mobilizar os recursos do Banco Europeu de Investimento. Há um novo instrumento, o EUInvest, que parte dessa ideia de trazer outros fundos. Temos de começar a fazer isso de uma forma mais ampla e mais envolvente com a economia privada, que neste momento também tem bastante liquidez e alguma dificuldade em ter aplicações com uma rentabilidade minimamente aceitável.

**Onde é que suspeita que vá haver mais resistências a esta quase soberania fiscal dos Estados-membros? E onde é que espera ter mais apoio?**

O “Green Deal” tem uma grande força, porque a alternativa é terrível. Estamos num estado de emergência climática e, portanto, se não fizermos nada... É um pouco como antes se falava do custo da não-Europa. A Europa contribui relativamente pouco para a poluição global e pode assumir-se como o parceiro que dá o exemplo. E para isso conta com um activo muito importante que é ser o maior bloco comercial do mundo, de modo a que o nosso modelo vá servindo de norma internacional. **A Europa a querer tornar-se referência mundial. Uma revisão do sonho europeu?**

Sim, aproveitando o facto de, a nível mundial, já haver muita gente a sentir esta urgência climática. O importante é que também as opiniões públicas mundiais remunerem os políticos que se envolvam neste combate.

**Mas as coisas nem sempre são fáceis, mesmo na Europa. Os “coletes amarelos”**

**nasceram de um imposto sobre os combustíveis. As pessoas nem sempre compreendem ou aceitam medidas que visam um desenvolvimento amigo do ambiente. Em Portugal, a exploração de lítio, fundamental para as baterias eléctricas que começam a ser fabricadas na Suécia, tem a oposição das populações locais. Há por vezes uma contradição entre a compreensão das pessoas do risco climático e os sacrifícios que estão dispostas a fazer...**

Tem toda a razão. E isso toca a questão central: temos de ter uma ideia mobilizadora, mas também temos de a desagregar em políticas que façam sentido e que as pessoas percebam. Não sei se essa é a razão dos “coletes amarelos”, mas também há em muita gente a sensação de que a Europa não quer saber dela e que são apenas medidas que lhe são impostas. É preciso fazer com que as pessoas sejam parte e se sintam parte.

**Que não são deixadas para trás, como gosta de dizer...**

Mas, voltando às questões concretas, há dimensões que já podem avançar. Por exemplo, o isolamento das casas para que haja uma poupança energética ou todo o trabalho que já se começou a fazer nos transportes. Mas insisto: não nos podemos esquecer do nível global. Também não pode acontecer algo que aconteceu no passado e que é haver exigências mais fortes para as empresas que fabricam na Europa que não existem para subcontratações em empresas fora da Europa. Daí a ideia de uma taxa de carbono à entrada.

**A ser aplicada a produtos ou a países?**

É mais fácil dizer do que fazer. Mas penso que seria importante que houvesse, por exemplo, para as empresas que têm uma certificação ambiental europeia, algum compromisso de que os processos produtivos que praticam na Europa são os mesmos que impõem aos seus subcontratados e que aplicam nas operações

“

*Estamos a chegar a um momento em que as decisões de estratégia global são inevitáveis na agenda europeia e temos que dar esse salto*

*É uma vergonha o que aconteceu na Europa nos últimos anos [com os emigrantes]*

fora da Europa. É uma ideia.

**Isso não iria afastar as produções de países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, onde a componente ambiental é mais atrasada?**

Nós tivemos uma discussão semelhante a esta, nos anos 1990, quando fui ministra do Ambiente. Tínhamos apenas de crescer ou de nos desenvolver de uma maneira articulada com o ambiente? Creio que desenvolvermo-nos sem ter em consideração o ambiente, seja aqui, seja em qualquer parte do mundo, é uma má gestão dos recursos não só ambientais, mas também financeiros.

**Além disso, o CO2 não tem fronteiras...**

Não tem fronteiras. Se as coisas acabassem na exportação dos processos poluentes para fora da Europa e dos empregos desses processos produtivos para países que não têm mecanismos de controlo sobre o processo produtivo tão sofisticados, isso, do meu ponto de vista, seria um crime, que já aconteceu. Houve muito investimento que foi exportação de poluição.

Mas voltando à questão que colocou há pouco, há populações que sofrem e têm imensos receios sobre as consequências de tudo isto para as suas vidas.

**Fazendo só um breve parêntesis: a criação de um pilar social não tem tido grande sucesso. Tudo pode ser integrado e uniformizado, menos os direitos das pessoas. A sua Comissão vai preocupar-se com isto a sério ou é mais uma boa intenção? Não deixar ninguém para trás também é isto...**

Eu não conhecia pessoalmente a presidente da Comissão, fiquei muito satisfeita com o discurso que ela fez e com os compromissos que assumiu. Vão muito no sentido do que a Europa precisa, não só com o desenvolvimento de um pilar social, com a garantia de que haverá apoio aos Estados nos momentos em que se regista um desemprego excessivo, mas também a necessidade de completar a união bancária com a garantia comum de depósitos, de criar um verdadeiro orçamento para a zona euro, ou a abertura para uma maior flexibilidade do Pacto de Estabilidade. Não me lembro das palavras que usou exactamente, mas creio que a ideia foi aproveitar ao máximo a flexibilidade que o Pacto de Estabilidade permitia. Há também a vontade de um tratamento equilibrado e humanamente decente e organizado para os emigrantes, porque é uma vergonha o que aconteceu na Europa nos últimos anos. Pessoalmente, acredito que há uma vontade de fazer bem e de corrigir alguns dos “buracos” que existem na arquitectura da União Europeia.

**Nomeadamente, o pilar social?**

Nomeadamente, o pilar social. Conheço o comissário que tem o pelouro social, estamos em articulação total e penso que, se soubermos utilizar bem os fundos que estão disponíveis, podemos fazer alguma coisa. Mas isto tem de descer ao nível local. É preciso trabalhar com as pessoas e com as instituições.

**A proposta da presidência finlandesa para o orçamento plurianual tem uma cláusula geral de condicionalidade para os fundos estruturais e outros, sujeita ao cumprimento das regras do Estado de direito. É o bom caminho para defender a Europa e a sua matriz democrática?**

Essa é uma questão fundamental. Eu espero que sim e devo dizer-lhe que isso já estava na proposta da anterior Comissão. A

financiamento do “Green Deal” [“acordo verde”, numa tradução literal, um grande pacote de reformas e iniciativas com que a Comissão Europeia quer acelerar a descarbonização da economia] que é muito mais amplo e que vai marcar, a meu ver, a agenda europeia durante as próximas décadas, porque é uma mudança radical no modo como se faz indústria, no modo como se faz agricultura...

**Do próprio modelo de desenvolvimento?**

Sim. E essa nova agenda também já está dentro dos próprios fundos estruturais tradicionais que, qualquer que seja o cenário, representa sempre um montante muito importante, em torno dos 300 mil milhões de euros. Representando cerca de um terço do orçamento, ele próprio tem um compromisso de destinar cerca de um terço para promover exactamente este novo modelo.

**O “Green Deal” é transversal a tudo?**

É.

**Mas este fundo é dinheiro novo?**

Este fundo é um extra, que foi pedido pelo Parlamento e que eu, pessoalmente, estou a tentar que não se vá buscar aos fundos de coesão. Deve somar-se aos fundos estruturais, precisamente para atacar aqueles problemas mais graves da Europa central. Há regiões que vivem das minas ou de indústrias muitíssimo poluentes, que se alimentam a carvão.

Europa é um espaço de democracia e, portanto, assenta em instituições que sejam credíveis e que cumpram determinados princípios e regras. Se estes princípios são ameaçados, há uma responsabilidade da própria Comissão Europeia, cujo dever é proteger os tratados e proteger o próprio orçamento europeu, o que pode levar ao corte nos fundos estruturais. Disse-o na minha audição no PE de forma muito clara. O Artigo 7.º do tratado, que tem sido muito discutido, é um mecanismo de última instância, mas é um mecanismo que está lá, que tem de ser lembrado, que pode ser utilizado, embora espere que não. **Durante a crise do euro, foi bastante crítica dos programas de ajustamento dos países que viveram uma crise da dívida. Creio que participou em algumas missões à Grécia...**

Sim, sim, fiz parte da “troika alternativa”! [risos]

**E viu, com certeza, as consequências sociais dos programas de ajustamento. Cabe-lhe gerir o novo orçamento da zona euro. Qual é a margem de manobra que tem? É só para financiar reformas ou admite poder utilizar as verbas desse orçamento, que, entretanto, caíram de 17 mil milhões para 12,9 mil milhões, o que não é um bom sinal...**

Não caíram. Ainda estamos numa fase negocial. É uma proposta para um valor global que está em discussão. **Não é um bom sinal. Esse fundo pode ser utilizado para enfrentar choques assimétricos externos num determinado país?**

Sempre considerei, e já falámos disso, que a zona euro, uma moeda única, não pode funcionar com um orçamento tão pequeno como este. Por duas vertentes fundamentais. Por um lado, nos momentos de crise económica dentro de uma moeda única, os chamados estabilizadores automáticos não funcionam: os subsídios de desemprego aumentam, a recolha de receitas baixa porque não há lucros. Estou a simplificar um pouco, mas quando um país está sujeito a regras orçamentais muito estritas – como acontece dentro da moeda única, e temos de as ter –, o país fica sem margem para fazer estes ajustamentos e, portanto, vai cortando onde pode, sobretudo no investimento público, para cumprir as regras. A determinada altura, a situação degrada-se excessivamente. Aquilo que acontece num regime federal normal é que há, a nível central, apoios que impedem que a degradação dos serviços e a degradação da situação social ultrapasse um determinado limiar mínimo. A meu ver, a moeda única tem de criar estes mecanismos de suporte, estes colchões que, sem permitir abusos, garantam que não há uma degradação excessiva da situação social e económica. **Essa era a proposta de Emmanuel Macron, que não venceu...**

Foi ele que trouxe o tema. Mas há, depois, outra vertente importante, que ficou. Nestes ajustamentos, os Governos ficam sem orçamento para poder continuar as reformas necessárias. Mas há reformas – a reforma fiscal, a reforma do sistema de saúde, da educação ou até da justiça – que ficam limitadas porque não há financiamento nacional para as levar a cabo. E esta segunda dimensão do orçamento da zona euro não morreu e está ainda nas mãos do Conselho. Vale a pena apostar nela, mas também vale a pena ajustá-la o mais possível em vários



*A Europa está a dar-nos um novo envelope financeiro. Não vale a pena estar a discutir se é de 20, de 22 ou de 21 – ou, melhor, vale a pena, mas não é o essencial*

*Nunca vi Portugal ser tão elogiado*

sentidos. Não deve ser imposta pelos outros Estados-membros.

Deve haver, por um lado, a vontade do país que as faz e, por outro, deve ser gerida por parte da União Europeia, pelo chamado método comunitário, isto é, ser a Comissão a orientar.

**Nada disso está ainda definido?**

Ainda não. Estou a acompanhar a discussão, mas ela passa neste momento pelo Eurogrupo. Houve progressos – não seriam os progressos que eu gostaria, mas o facto de se estar a negociar também o quadro financeiro plurianual não é muito favorável. Mas tenho esperança.

**A proposta do financiamento das reformas veio justamente de Portugal.**

O nosso primeiro-ministro foi muito activo nesse processo. É reconhecido a nível europeu como tendo feito essa proposta com Emmanuel Macron. Vamos ver o que é que conseguimos nesta fase, mas penso que é um assunto que não pode sair da agenda europeia, porque é preciso consolidar o funcionamento de uma moeda única.

**Há alguns países que defendem uma revisão da política de concorrência, sobretudo depois de Margrethe Vestager ter vetado a fusão entre a Alstom e a Siemens. O argumento é que as grandes empresas europeias não conseguem competir com os gigantes chineses e norte-americanos. Esse debate envolve também a ideia de uma política industrial europeia. Há pouco, falámos das baterias eléctricas, que a Europa importa da Ásia e que são fundamentais no combate à poluição, nomeadamente nos carros eléctricos. Estamos a chegar a uma fase que resumiria por *Europa first*, depois de termos criticado tanto o *Presidente norte-americano pela sua America First?***

Esse é um tema muito importante, porque a questão das ajudas de Estado vai estar outra vez na agenda europeia a nível nacional, tendo em conta que as regiões com maior dificuldade na transição verde vão querer atrair empresas. Há aí o risco de um desequilíbrio interno dentro da União Europeia, porque determinados países com orçamentos mais robustos conseguem patrocinar mais facilmente o acolhimento dessas empresas. A nível europeu, esta discussão está muito associada à questão do equilíbrio regional, porque se abrimos mão das regras para as ajudas Estados, então são os Estados que concorrem entre si em vez de serem as empresas. Por isso as regras de ajudas de Estado continuam a ser muito importantes e têm de ser preservadas. Dito isto, essas regras já foram mudando com o tempo sem nos darmos conta disso. Neste momento, há todo um conjunto de condicionantes que permitem que haja determinadas ajudas, por exemplo, em casos de reconversão tecnológica de indústrias poluentes. O que a Europa não permite é o financiamento sem que haja alguma razão especial: a grandes empresas em regiões ricas, por exemplo. Em suma, pode dizer-se



que as regras de ajuda de Estado são muito mais flexíveis do que já foram no passado em relação a pequenas e médias empresas, ou mesmo grandes, em regiões que são classificadas como regiões em desenvolvimento. Há ainda um mecanismo excepcional, relativo a ajudas de Estado para empresas de grande interesse europeu.

**E a concorrência com os gigantes chineses e americanos?**

É evidente que também temos de pensar a Europa como um parceiro mundial e, portanto, temos de perceber que, provavelmente, a nível global não são as empresas que estão a concorrer umas com as outras. Pelo menos no caso da China, mas também no caso dos Estados Unidos, ainda que de uma forma menos óbvia, há grandes empresas mundiais que não estão a concorrer em condições de igualdade com as empresas europeias ou, pelo menos, com algumas empresas europeias. **No caso da China, é óbvio. No caso dos Estados Unidos, é menos óbvio...**

Nos Estados Unidos são formas indirectas, através de grandes investimentos públicos dos quais depois emanam muitas vantagens. O pelouro da concorrência esteve nas mãos de uma comissária muito prestigiada. Pessoalmente, não sinto uma necessidade urgente de mudar as regras de ajudas de Estado, sinto sim a necessidade de as analisar com mais cuidado. Mas, sobretudo, é preciso evitar que acabemos com o mercado interno.

**Queria voltar um pouco atrás, a propósito da convergência dos territórios. Até agora, o problema principal de Portugal, que orientava as negociações dos acordos de parceria e os próprios fundos estruturais, era o problema da competitividade. A partir do momento em que o grande desígnio europeu passa a ser uma reconversão da**



**economia no sentido de dar prioridade ao combate às alterações climáticas, isso implica uma revisão total de conceitos? Vamos ter de avançar nesse sentido, apesar da competitividade da nossa economia ainda não estar a par dos nossos congéneres mais desenvolvidos?** Não penso isso. Penso que uma economia só é competitiva se tiver conformidade ambiental. Uma indústria que seja poluente é uma indústria de passado, que não vai sobreviver muito tempo. Pelo contrário, creio que o argumento ambiental abre, no caso português onde temos liderança em termos de renováveis e onde temos desenvolvido tecnologias muitíssimo interessantes, uma grande oportunidade de nos afirmarmos nos grandes circuitos de Inovação, de Tecnologia, de Ciência, também com a vertente ambiental, com a poupança de recursos, com a economia circular. Há uma grande oportunidade para as nossas universidades e empresas, mas isto não significa desvalorizar a competitividade. O nosso problema central é melhorar a competitividade, melhorar a produtividade, convergir. Há uma nova maneira de o fazer e essa maneira tem de ser ambientalmente sustentável.

**Diria, se interpreto bem o seu discurso, que até estamos numa posição razoavelmente confortável nesse sentido...**

Se a soubermos aproveitar, sim. E temos de discutir também o que é que nós, como país, podemos fazer em termos europeus e em termos mundiais. O renovável e o digital vão estar no centro da agenda europeia. Nos domínios da gestão de transportes públicos, da gestão de recursos perecíveis, da gestão de água, da qualidade do ar, há todo um mundo de oportunidades que se abrem. O que temos de perceber é que os fundos de coesão não são fundos do passado – todos

estes fundos têm de dar o seu contributo para este desígnio.

**Desculpe insistir, mas gostaria de voltar um pouco à questão da política industrial. Como se lembra, há cinco ou dez anos, falar de política industrial era pecado. Hoje, vemos a Holanda ou a Alemanha a falarem da necessidade de uma política industrial e a defenderem um maior escrutínio da Comissão sobre investimentos exteriores à UE, que comprem, por exemplo, empresas por valores superiores ao valor de mercado. Esses mesmos países defendem políticas que elejam alguns sectores decisivos para a evolução tecnológica europeia, em competição com os Estados Unidos e, cada vez mais, com a China. A minha pergunta é: não é isto, também, uma forma de protecção idêntica àquela que os Estados Unidos praticam com o actual Presidente, que também quer proteger as empresas americanas?**

É uma pergunta tão ampla, que quase dava para um debate. A opção da Europa foi, de facto essa: não precisamos de política industrial porque a política de concorrência basta.

**Mas o discurso mudou...**

Pois. Havia a política industrial tradicional, em que o Estado se envolvia nas grandes empresas. Tudo isso desapareceu. O que há hoje é uma consciência muito maior de que as coisas são mais complicadas do que pareciam. Na Europa, e em Portugal também, surgiu depois aquela ideia de que o que interessava era o sector terciário, que a indústria já não interessava. E houve também a discussão sobre se devia ou não ser o Estado a definir quais são os sectores bons e maus. A têxtil é má, vai para África, não vale a pena. Vê-se hoje o que é a Zara. Creio que o velho dirigismo estatal não voltou.

**Mas voltou uma preocupação com a necessidade de desenvolver certos sectores...**

Percebe-se que é preciso ser-se muito mais subtil, que não se pode estar desatento. E que há concorrentes mundiais e há linhas estratégicas na economia mundial que a Europa não pode ignorar, sob pena de ficar para trás.

A Europa não pode ficar para trás no digital, não pode ficar para trás nas novas tecnologias. Também é evidente que a Europa sente que, por exemplo, não pode estar dependente do 5G chinês e a importar peças fundamentais para a sua sobrevivência, porque de facto está hoje a disputar com grandes blocos mundiais e, como tal, tem de se constituir também como um bloco.

Creio que o caminho é uma participação intensa nas redes de desenvolvimento das novas tecnologias, um bom entrosamento entre indústria e universidades e a criação de redes de projectos de dimensão europeia, onde Portugal tem de estar presente.

**A senhora Von der Leyen classificou a Comissão Europeia como geopolítica. É um chavão ou que significado que tem?**

Hoje, sentimos isso como nunca. Desde o problema que foi para a Europa a questão dos emigrantes até às relações com a Rússia, com a Ucrânia, com o Mediterrâneo. Ou mesmo com o grande vizinho do lado de lá do Atlântico, com toda a polémica que se criou sobre se a Europa pode continuar a depender da NATO para se defender. Ou a penetração progressiva da China na economia europeia, sem ter propriamente as mesmas regras e os mesmos códigos de funcionamento.

**Está a dizer que a pressão externa está a levar a Europa à necessidade de se assumir como um agente estratégico global?**

Obriga-a a reflectir seriamente sobre qual é a sua política de defesa, qual é a sua política comercial, obriga-a a pensar que não é só um mercado. Estamos a chegar a um momento em que as decisões de estratégia global são inevitáveis na agenda europeia e temos que dar esse salto.

**Em termos de geopolítica, para além da sua incipiência em termos militares, agravada pela saída do Reino Unido, há uma outra questão que pode comprometer essa ambição, que é um crescimento económico muito fraco, quando comparado com Estados Unidos e já sem falar da China. Até onde pode ir essa ambição geopolítica?**

É verdade, mas também é verdade que a Europa cresceu razoavelmente nos últimos tempos, tendo agora abrandado. Reconheço que a Europa precisa de reforçar as suas dinâmicas e isso é um desafio para todos nós. Não se pode culpar o A ou o B – é um desafio para todos nós. E por isso também volto ao ponto de partida – grande responsabilidade de garantir a continuação de um influxo de fundos europeus que podem cobrir uma quantidade de sectores e de políticas, e na reflexão sobre o modo de converter essa oportunidade numa maior produtividade e num maior crescimento. E aí temos que começar por nós próprios. Estamos a fazer uma recuperação enorme em termos de contas públicas e de prestígio internacional. Nunca vi Portugal ser tão elogiado, mas temos que fazer também a mudança que rapidamente nos aumenta a competitividade e isso faz-se com esforço e

faz-se com redes internacionais.

**Portugal tem crescido acima da zona euro, mas, em relação aos países com os quais se pode comparar em termos de desenvolvimento relativo, o desempenho da economia portuguesa está longe de ser brilhante...**

Mas quais são esses países?

**A República Checa, por exemplo, cujo PIB per capita já está ligeiramente à nossa frente...**

Sim, mas essas comparações são feitas em períodos muito diferentes. É evidente que um país que estava fechado e muitíssimo atrasado começa logo a crescer mais porque recebe o impulso da adesão. Nós também tivemos, nos primeiros anos, um crescimento brutal.

**Sim, mas, entretanto, eles estão à nossa frente em termos de PIB per capita. Só temos quatro ou cinco países atrás de nós...**

Quem é que garante esse desenvolvimento? São as empresas. O que é que as empresas portuguesas fazem em Portugal com os fundos? Como é que estão a utilizá-los? Qual é o nosso sistema colectivo de reconhecimento de valor? O que é que podemos, nós próprios, fazer relativamente a esse progresso? Porque, de facto, temos oportunidades. É evidente que podemos sempre arranjar desculpas... Que o centro económico da Europa se deslocou para leste, que estão mais próximas das economias dominantes. Podemos arranjar imensos argumentos. Mas o que precisamos é dizer: a Europa está a dar-nos um novo envelope financeiro. Não vale a pena estar a discutir se é de 20, de 22 ou de 21 – ou, melhor, vale a pena, mas não é o essencial. É um extra. Temos de encontrar outra gaveta, que inclua política industrial, que se integre em grandes redes, que tenha políticas de investigação e inovação. No fundo, é todo um outro mundo. Temos de nos perguntar o que vamos fazer com os nossos recursos humanos, com os portugueses e com os estrangeiros que quiseram vir viver connosco – e ainda bem que vieram, para aumentar a nossa população activa, caso contrário ela já estava em decréscimo –, para vingarmos neste novo contexto internacional. É assim que temos que pensar, senão passamos a vida a empurrar responsabilidades uns para os outros. São oportunidades gigantescas que não vão durar sempre.

**Enquanto responsável pela política regional, vai ter que lidar com um país muito centralista. Vai ser um problema para si e para as suas convicções?**

Não mudei as convicções e continuo a pensar que um país não é desenvolvido se o desenvolvimento estiver hipercentrado na capital. São os países mais atrasados os que mantêm uma hiperconcentração nas capitais, como é o caso da América Latina ou de África. Os países mais desenvolvidos são os mais equilibrados. Creio que, neste momento, a questão do modo como o país se organiza está a ser outra vez colocado na agenda, ainda que com muito cuidado. Continuo a pensar que temos de avançar nesse sentido, para sermos mais eficazes, percebendo que aquilo que vale para a Europa mais desenvolvida, vale também para Portugal, onde – insisto – ninguém pode ser deixado para trás.

### De Santa Apolónia à Graça

Em baixo, Restaurante  
Maçã Verde, na Rua dos  
Caminhos-de-Ferro, 84,  
em Santa Apolónia.  
Ao lado, pormenor de  
O Cardoso do Estrela  
de Ouro, Rua da Graça,  
22, na Graça



VERA MARMELO



TIAGO CASANOVA

**Portfólio** Imagens que captam o instante, este ano de 2019 em Lisboa, em que as tascas, esses lugares tão familiares que nunca mudam e estão sempre a mudar, enfrentam a gentrificação, a explosão do turismo, a subida das rendas. *[Tascas]*, um livro, 21 fotografos, um momento na vida da cidade

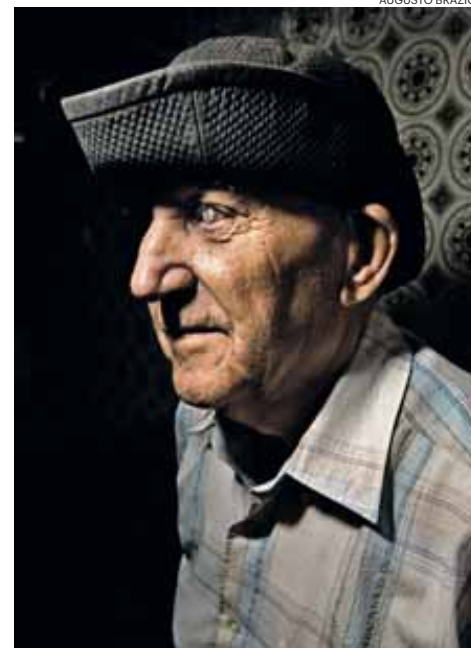
Por **Alexandra Prado Coelho**

# Tascas de Lisboa Guardar o agora dest

VALTER VINAGRE



AUGUSTO BRÁZIO



**B**alcões de inox, tabuleiros de inox, taças de mousse de chocolate e de arroz-doce, paredes de azulejos, luzes frias, toalhas de papel branco, cadeiras de plástico vermelho publicitando marcas de cerveja, menus longos, escritos à mão, preços baixos, ventoinhas, flores de plástico, copos de três, rostos cansados, de trabalho, mãos marcadas, olhares, uma Nossa Senhora, a fotografia de um clube de futebol, um dia inteiro de pé, a grelha, as vidas há muito tempo aqui, a capacidade de transformação, a arte da sobrevivência.

[Tascas] *Pelas Tascas de Lisboa* é um livro nascido de uma ideia do Frame Colectivo (Gabriela Salazar, Agapi Dimitriado e Carolina Barreiros), um atelier de arquitectura sediado em Lisboa, que se dedi- ➔

#### De Belém à Mouraria

Em cima, a cozinheira que trabalha na grelha da Tasca do Gordo (Rua dos Cordoeiros a Pedrouços, 33, Belém) há 40 anos; ao lado, um frequentador da Tasquinha da Isilda — Rua do Terreirinho, 76B, Mouraria

# es lugares mutantes



### De São José a Santa Maria Maior

Em baixo, preparação de comida n'O Cartaxinho, Rua de Santa Marta, 20B, em São José; ao lado, mostra do já célebre As Bifanas do Afonso, Rua da Madalena, 146, em Santa Maria Maior

MARGARIDA CORREIA



ca à pesquisa em torno do cruzamento dos temas da arquitectura, urbanismo e arte - um projecto que contou com a colaboração de Filipa Valladares, da loja especializada em livros de fotografia STET, e a participação de 21 fotógrafos portugueses, com idades entre os 23 e os 65 anos.

Entre eles, dois já percorreram este tema, em épocas diferentes: Luís Pavão, que entre 1979 e 81 fotografou para o livro *Pelas Tascas de Lisboa* muitos lugares entretanto desaparecidos; e, 15 anos mais tarde, Luísa Ferreira, que em *O Ouro, o Azul* captou outro momento da cidade, quando os jovens cosmopolitas que frequentavam o Bairro Alto regressaram às velhas tascas, cruzando-se com os clientes habituais destas, que por lá se mantinham.

“A alimentação é muito estruturante na cidade, por isso pensámos ter a leitura da gentrificação, tema que nos interessava, atra-

vés da cozinha”, dizem Gabriela e Agapi, do Frame Colectivo.

Mas como se fotografa uma tasca? “Na arquitectura temos muito a proximidade com a questão da tipologia, mas o olhar que estes trabalhos procuram é o de um momento de transformação e das pessoas que o estão a viver”, explicam.

Há, para começar, um espaço - geralmente pequeno, geralmente cheio de coisas. E nesse espaço há pessoas, muitas vezes pressionadas pelo trabalho, cansadas, apressadas, desconfiadas de quem aparece de máquina fotográfica na mão, como se não tivessem mais nada para fazer do que ficar por ali a ver como acontece a vida.

O trabalho começa por aí. Ganhar a confiança dos donos e dos empregados das tascas importa. E isso nota-se nas fotografias com mais figuras humanas, os rostos, os olhares, os momentos suspensos, um copo bebi-

do ao balcão, as mãos que seguram meia dúzia de moedas.

### A grelha é minha

Na Tasca do Gordo, em Belém, por exemplo, Valter Vinagre tinha feito uma fotografia de um rapaz na grelha, mas quando a mulher que há décadas trabalha na grelha a viu “ficou chateada porque era a grelha dela”, contam Gabriela e Agapi. Valter fotografou-a então, toda de vermelho, contra o inox do seu espaço de trabalho e foi essa a imagem escolhida para abrir o livro.

Depois, é procurar os pormenores, descobrir num espaço confuso uma história que, por vezes, começou ainda nos tempos em que havia em Lisboa carvoarias que serviam alguns petiscos e que foram evoluindo até às casas de pasto e às tascas de hoje.

O livro reúne, no final, uma série de textos,

reflexões sobre o lugar das tascas na vida da cidade. Um deles, de Maria João Guardão, é sobre o estabelecimento Das Flores, que tem “uma acção de despejo a pesar-lhe sobre o futuro” numa cidade “a ser varrida por um furacão chamado especulação imobiliária e um tufão chamado turismo”. É um desses “lugares em vias de extinção numa Lisboa em vertiginosa transformação”.

E porque é que nos apegamos a lugares como este? Porque, escreve Maria João Guardão, “à insegurança da nova cidade, sempre em mudança e cada vez mais anónima porque toda a gente está de passagem, Das Flores opõe a segurança dos lugares que nos alimentam e mapeiam o nosso quotidiano”.

Lugares que são, nas palavras de Patrícia Azevedo da Silva noutro texto, uma continuação do conforto da casa, mas na rua, ainda um “lugar seguro mas de transição para um espaço de maior liberdade”, onde o pra-